

Entrevista de José Medeiros Ferreira: as reacções políticas à adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 25 Outubro 2007)

Source: Interview de José Medeiros Ferreira / JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 25.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:08:43, Couleur, Son original).

Copyright: Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_jose_medeiros_ferreira_as_reaccoes_politicas_a_adesao_de_portugal_as_comunidades_europeias_lisboa_25_outubro_2007-pt-5f148bd9-4c32-41b6-9d4f-efe8d7569307.html



Last updated: 04/07/2016

Entrevista de José Medeiros Ferreira: as reacções políticas à adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 25 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] A 12 de Junho de 1985, é sabido, Portugal assina o Tratado de Adesão às Comunidades Europeias. Qual foi a atitude dos partidos políticos, eventualmente dos sindicatos e do patronato em relação à adesão de Portugal?

[José Medeiros Ferreira] Bem, neste momento, há uma visão sincrética dessa atitude e todos gostam de dizer, enquanto as coisas estiverem numa boa situação, que todos foram de acordo. Hoje em dia não há ninguém que não diga: «Eu sempre fui europeu», não é? Mas não foi bem assim. Se nós fizermos a história das posições, por exemplo na altura do pedido de adesão, houve muitos analistas por um lado, houve muitos políticos, houve até muitos empresários e obviamente também os sindicatos – sobretudo os sindicatos mais ligados ao Partido Comunista – e o próprio Partido Comunista, que não auguravam nada de bom da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Os empresários por razões relacionadas com o embate com a competitividade internacional que isso implicava; o Partido Comunista e os sindicatos, enfim, por questões geo-estratégicas ou por receio, digamos, de uma liberalização que também não entendiam conveniente.

E a grande arma da altura era que Portugal dificilmente iria vencer o desafio do embate entre a sua economia e a economia dos países europeus mais desenvolvidos. Isso foi uma previsão que se fez durante o ano de 1976, durante o ano de 1977 e que, de certa maneira, acompanha as negociações. Porque, já agora, a estratégia portuguesa, em síntese, eu poderia talvez afirmar que a estratégia portuguesa foi rapidez no pedido de adesão e todo o tempo para a negociação. Mas durante essa negociação, portanto até 1982/1983, são muitas as reservas, mesmo no interior do país, à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. São reservas que vão pela via do pessimismo, pela via da previsão de que as negociações não irão até ao fim, que não serão fáceis, que vamos ficar sem a pesca, sem a agricultura, sem o mar territorial, quer dizer, há uma série de críticas sectoriais mas que implicam um bocadinho a ideia de que possivelmente não haverá entrada, não é? Entre a previsão e o desejo, muitas vezes, as coisas não são bem diferenciadas.

Quando foi da adesão, eu creio que o único partido parlamentar que se manifesta contra é o Partido Comunista e os seus aliados da altura – porque o Partido Comunista concorre às eleições com outros grupos e toma outro nome, mas no fundo foi o Partido Comunista com os seus aliados que manifestaram essas reservas, ou por outra, que manifestaram uma posição contrária à adesão. Mas um partido de direita, que gosta de se assumir como tal, que é o CDS-PP, a partir de uma certa altura, na primeira versão Paulo Portas – digo a primeira versão Paulo Portas porque desse ponto de vista têm havido várias versões –, a primeira versão Paulo Portas ou a versão Manuel Monteiro é um partido que se mostra muito reticente à questão europeia. Só nesse período, um homem como Lucas Pires é que vai transmitir um certo espírito europeu – estamos a falar do início da adesão – ao centro democrático-social.

Portanto, houve mais forças que arrastaram os pés, digamos assim, em termos da adesão à Comunidade Económica Europeia, do que com o êxito da entrada, não é assim? Nós entramos num período muito bom, que foi o período que vai de 1986 a 1992, é um período muito positivo no plano comunitário, não é verdade? E pronto, em Portugal, os críticos foram o Partido Comunista e os seus aliados; os críticos, digamos, do outro lado do espectro político ou do espectro empresarial – fora esses sectores de que falei há pouco, das pescas e parte da agricultura, porque a agricultura vai também ter desenvolvimentos desiguais tendo em conta a Política Agrícola Comum e os próprios Fundos estruturais que vão chegar a Portugal, mas com a chegada desses Fundos, com o desenvolvimento das exportações da altura, Portugal vai viver um período, talvez o seu melhor período depois da democracia. E todos os partidos, todas as forças políticas vão atenuar as críticas que estavam a fazer à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e, pelo contrário, até vão tomar uma posição acrítica, muitas vezes, à própria política comunitária, não é?

Nós, a partir de 1992, quando começa a haver a hipótese da União Económica e Monetária, quando se põe a questão do Tratado de Maastricht, nós vamos assistir em Portugal, digamos, a uma fase acrítica, os nossos europeístas são acríticos do padrão comunitário, não é? Tudo o que vem de Bruxelas é praticamente aceite sem uma peneira crítica, sem uma filtragem crítica. Isso, claro, causou também alguma perturbação na

racionalidade do comportamento da sociedade portuguesa e do Estado Português, não é assim? O Estado Português vai ter ali, nesse período de 1992, duas ou três atitudes menos racionais e uma delas – posso dizer, o problema está ultrapassado e resolvido, mas só para dar um exemplo, já que me perguntou –, quando Portugal entrou no sistema monetário europeu, em 1992, a taxa de câmbio para a serpente monetária é uma taxa de câmbio que é prejudicial à competitividade das indústrias portuguesas exportadoras, não é assim? E apesar disso, Portugal aceita a entrada, exactamente na altura em que a Grã-Bretanha saiu do sistema monetário europeu. E portanto, como estávamos aqui a falar há pouco da Grã-Bretanha – só para completar o raciocínio, na medida em que penso que também estamos a chegar ao fim –, Portugal tinha acompanhado a Grã-Bretanha em grande parte do seu processo de integração europeia, mesmo antes da entrada na Comunidade Económica Europeia, com a EFTA, com os pedidos de adesão de 1962, com o acordo de 1972, com a entrada do pedido de adesão no semestre presidido pelo Reino Unido.

De certa maneira, digamos, a amarra entre Portugal e a Grã-Bretanha desfaz-se em 1992. Primeiro, porque os laços comerciais já não são tão intensos – a Inglaterra começa a ser suplantada pela França e pela Alemanha, e pela Espanha logo a seguir –, mas também porque Portugal vai entrar no sistema monetário europeu – que vai levar à moeda única, como se dizia na altura, à zona euro como se diz agora – e a Grã-Bretanha vai sair. E portanto, eu diria que esse ciclo de interligação Lisboa-Londres termina efectivamente com a entrada de Portugal no sistema monetário europeu, em 1992, exactamente no ano em que a Grã-bretanha sai.